

Mucuri Energética S.A.

Demonstrações
financeiras de
31 de dezembro de 2023



Índice

BALANÇO PATRIMONIAL.....	1
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	2
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	3
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	5
1. CONTEXTO OPERACIONAL	6
2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	7
4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS	14
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	17
6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS	17
7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	17
8. PARTES RELACIONADAS	17
9. OUTROS ATIVOS	18
10. DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	18
11. IMOBILIZADO.....	19
12. INTANGÍVEL.....	19
13. FORNECEDORES.....	20
14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	20
15. TRIBUTOS A RECOLHER	21
16. OUTROS PASSIVOS	21
17. PROVISÃO PARA PASSIVOS JUDICIAIS	21
18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22
19. RESULTADO POR AÇÃO	23
20. RECEITA LÍQUIDA.....	23
21. DESPESAS POR NATUREZA.....	23
22. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	24
23. RECONCILIAÇÃO DOS EFEITOS DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO ..	24
24. COBERTURA DE SEGUROS.....	24
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	26
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	29

Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

BALANÇO PATRIMONIAL

	Nota	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.280	4.103
Aplicações financeiras	6	22.469	12.115
Contas a receber de clientes	7	2.089	1.975
Outros ativos	9	393	171
Total do ativo circulante		30.231	18.364
NÃO CIRCULANTE			
Depósitos judiciais	10	18	69
Imobilizado	11	97.754	99.472
Intangível	12	7.372	7.711
Total do ativo não circulante		105.144	107.252
TOTAL DO ATIVO		135.375	125.616
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	13	1.808	1.122
Empréstimos e financiamentos	14	3.678	4.692
Tributos a recolher	15	548	421
Outros passivos	16	1.742	328
Total do passivo circulante		7.776	6.563
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	14	18.619	22.002
Provisão para passivos judiciais	17	1.053	861
Outros passivos	16	9.368	12.131
Total do passivo não circulante		29.040	34.994
TOTAL DO PASSIVO		36.816	41.557
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	18	183.056	183.056
Prejuízos acumulados		(84.497)	(98.997)
Total do patrimônio líquido		98.559	84.059
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		135.375	125.616

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

*(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)***DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

	Nota	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
RECEITA LÍQUIDA	20	27.156	25.682
Custo dos serviços vendidos	21	(10.933)	(10.398)
LUCRO BRUTO		16.223	15.284
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	21	(99)	(67)
Outras, líquidas	21	226	(375)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		16.350	14.842
RESULTADO FINANCEIRO	22		
Despesas		(2.088)	(2.329)
Receitas		2.496	1.293
Variações monetárias, líquidas		(425)	(445)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		16.333	13.361
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Imposto de renda e contribuição social corrente	23	(1.833)	(1.295)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		14.500	12.066
RESULTADO DO EXERCÍCIO			
Básico	19	0,079211	0,065914
Diluído	19	0,079211	0,065914

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022***(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)***DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Resultado líquido do exercício	14.500	12.066
Outros resultados abrangentes		
Resultado abrangente do exercício	14.500	12.066

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Prejuízos Acumulados	Patrimônio líquido total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>183.056</u>	<u>(111.063)</u>	<u>71.993</u>
Resultado líquido do exercício		12.066	12.066
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>183.056</u>	<u>(98.997)</u>	<u>84.059</u>
Resultado líquido do exercício		14.500	14.500
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>183.056</u>	<u>(84.497)</u>	<u>98.559</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado líquido do exercício	14.500	12.066
Ajustes por		
Depreciação e amortização (nota 11 e 12)	3.047	2.661
Resultado na baixa de ativos imobilizado e intangível		352
Rendimentos sobre aplicações financeiras (nota 22)	(2.496)	(1.234)
Despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, líquidas (nota 22)	1.838	2.144
Variações monetárias, líquidas (nota 22)	425	445
Reversão para passivos judiciais (nota 17)		(9)
Decréscimo (acréscimo) em ativos		
Contas a receber de clientes	(114)	(181)
Depósitos judiciais	51	126
Outros ativos	(222)	55
Acréscimo (decréscimo) em passivos		
Fornecedores	686	(314)
Tributos a recolher	1.563	1.137
Outros passivos	(1.582)	(890)
Caixa gerado nas operações	17.696	16.358
Juros recebidos sobre aplicações financeiras	1.528	701
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos (nota 14.3)	(1.609)	(1.952)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.436)	(1.101)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	16.179	14.006
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Adições de imobilizado (nota 11)	(990)	(789)
Aplicações financeiras, líquidas	(9.386)	(7.213)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(10.376)	(8.002)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de empréstimos e financiamentos (nota 14)	(4.626)	(5.626)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(4.626)	(5.626)
Acréscimo no caixa e equivalentes de caixa	1.177	378
No início do exercício	4.103	3.725
No final do exercício	5.280	4.103
Acréscimo no caixa e equivalentes de caixa	1.177	378

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mucuri Energética S.A. (“Pequena Central Hidrelétrica Mucuri”, “PCH Mucuri”, “PCHM” ou “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada a atuar como produtora independente de energia elétrica, com sede na cidade de São Paulo no estado de São Paulo e tem por objetivo a produção de energia elétrica a partir da hidrelétrica PCH Mucuri, para a exploração do potencial hidráulico com 19 MW por ano de potência total instalada, no Rio Mucuri, localizado nos Municípios de Pavão e Carlos Chagas, no estado de Minas Gerais.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), por meio da Resolução nº. 749 de 18 de dezembro de 2002, autorizou a PCH Mucuri iniciar a sua operação comercial a partir desta data. A energia elétrica produzida pela Companhia destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº. 9.074/1995, regulamentada pelo Decreto nº. 2.003/1996, bem como no artigo 26 da Lei nº. 9.427/1996, com a redação dada pela Lei nº. 9.648/1998.

A autorização de exploração tem vigência de 32 anos e 9 meses iniciado a partir de 18 de dezembro de 2002, que é a data da outorga da referida autorização pelo poder concedente, podendo ser prorrogado nas condições estabelecidas pela ANEEL. Através da Resolução Homologatória Nº 2.931, de 8 de setembro de 2021, a autorização de exploração passou a ter vigência até 20 de setembro de 2035, que é a data da outorga da referida autorização pelo poder concedente, podendo ser prorrogado nas condições estabelecidas pela ANEEL. A Companhia possui um contrato de venda de longo prazo no ambiente de contratação livre, com característica de compra e venda e energia incentivada.

A Companhia é controlada pela Suzano S.A. que detém 100% de participação nas ações ordinárias do capital social.

A emissão dessa demonstração financeira foi aprovada pelo Diretoria Executiva da Companhia em 26 de março de 2024.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras foram expressas em milhares de Reais (“R\$”), exceto se expresso de outra forma.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas na aplicação das práticas contábeis, que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. As práticas contábeis que requerem maior nível de julgamento e complexidade, bem como para as quais estimativas e premissas são significativas, estão divulgadas na nota 3.2.16.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas na nota 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor e considerando a continuidade de suas atividades operacionais.

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando políticas e práticas contábeis consistentes para ambos os exercícios apresentados.

Não houve mudança de qualquer natureza em relação a tais políticas e métodos de cálculos de estimativas, exceto pelas novas políticas contábeis apresentadas na nota 3.1, adotadas a partir de 1º de janeiro de 2023.

3.1. Novas políticas contábeis e mudanças nas políticas contábeis

As novas normas e interpretações emitidas, até a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1.1. CPC 26(R1) – Divulgação de Políticas Contábeis (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em/ou após 1º de janeiro de 2023)

Alteram os requisitos do CPC 26 no que diz respeito à divulgação de políticas contábeis. As alterações substituem todas as instâncias do termo “políticas contábeis significativas” por “informações de políticas contábeis materiais”. As informações de políticas contábeis são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, pode-se razoavelmente esperar que influenciem as decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras. Ao aplicar as alterações, a entidade divulga suas políticas contábeis relevantes, ao invés de suas políticas contábeis significativas.

Os parágrafos de suporte do CPC 26 também foram alterados para esclarecer que a informação da política contábil, relacionados a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações de política contábil podem ser relevantes devido à natureza das transações relacionadas, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam imateriais. No entanto, nem todas as informações de política contábil, relacionadas a transações, outros eventos ou condições materiais são, por si só, relevantes.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.

3.1.2. CPC 23 – Definição de Estimativas Contábeis (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em/ou após 1º de janeiro de 2023)

A alteração substitui a definição de “mudança de estimativa contábil” por “estimativa contábil”. De acordo com a nova definição, as estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração”.

A definição de mudança de estimativa contábil foi eliminada. No entanto, o IASB manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na norma, com os seguintes esclarecimentos:

(i) Uma mudança na estimativa contábil que resulta de novas informações ou novos desenvolvimentos não é a correção de um erro; e

(ii) Os efeitos de uma mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil são mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da correção de erros de períodos anteriores.

A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impactos.

3.2. Políticas contábeis materiais adotadas

3.2.1 Moeda funcional e de apresentação

A Companhia definiu que a sua moeda funcional e de apresentação é o Real, bem como a base de preparação de suas demonstrações financeiras.

3.2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Compreende os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, cujos vencimentos originais, na data da aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

3.2.3 Instrumentos Financeiros

3.2.3.1. Classificação

Os instrumentos são classificados com base nas características individuais dos instrumentos e no modelo de gestão do ativo ou da carteira em que está contido, cujas categorias de mensuração e apresentação são:

(i) custo amortizado; e

(ii) valor justo por meio do resultado.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, na data a qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

3.2.3.2. Instrumentos mensurados ao custo amortizado

São instrumentos mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos



contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido.

Compreende o saldo das rubricas caixas e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

3.2.3.3. Instrumentos mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido.

Compreende o saldo da rubrica de aplicações financeiras.

3.2.3.4. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros

3.2.3.4.1. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Anualmente, a Companhia avalia se há evidência de que o ativo financeiro possa estar sujeito a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), sendo que é registrada, somente, após a verificação do resultado de um ou mais eventos ocorridos posteriormente ao reconhecimento inicial e se impactar nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro que possa ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- (ii) evento de *default* no contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) quando a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não receberia;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.

O montante da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é mensurado pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros original do ativos financeiros. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido e o valor da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecida na demonstração de resultado do exercício.

Em mensuração subsequente, havendo uma melhora na classificação do ativo, como por exemplo, melhoria no nível de crédito do devedor, a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecida anteriormente, deve ser revertida na demonstração do resultado.

3.2.5 Contas a receber de clientes

São registradas pelo valor nominal faturado na data da venda, no curso normal das atividades da Companhia e quando aplicável, deduzidas das perdas de crédito esperadas.

3.2.6 Imobilizado

Mensurado pelo custo de aquisição, formação, construção ou desmobilização, líquido dos impostos recuperáveis. Este custo é deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável, que é o maior valor entre o de uso e o de venda, menos os custos de venda.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação.

A Companhia realiza anualmente a análise de indícios de perda no valor recuperável (*impairment*) do ativo imobilizado. A provisão para perda ao valor recuperável do ativo imobilizado somente é reconhecida se a unidade geradora de caixa ("UGC") à qual o ativo está relacionado sofrer perda por desvalorização. Essa condição também se aplica mesmo se o valor recuperável do ativo for menor do que seu valor contábil. O valor recuperável do ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo líquido de despesas de vendas.

O custo das principais reformas é capitalizado quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o desempenho inicialmente estimado para o ativo e são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os demais custos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado quando incorridos.

Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são mensurados pela comparação do valor da venda e o valor contábil residual e são reconhecidos na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas na data de alienação.

3.2.7 Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") correntes

Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas no país em que atua e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação

fiscal aplicável dá margem a interpretações, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

3.2.8 Contas a pagar aos fornecedores

Corresponde às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades da Companhia, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva e ajustadas pelas variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicável.

3.2.9 Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e liquidados, é reconhecida na demonstração do resultado, utilizando o método da taxa efetiva de juros durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto.

3.2.10 Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é reconhecida na medida em que a Companhia espera desembolsar fluxos de caixa, que possa ser mensurada com segurança. Os processos tributários, cíveis e ambientais e trabalhistas são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo registrados líquidos dos depósitos judiciais. Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

3.2.11 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

3.2.12 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

3.2.13 Reconhecimento da receita

As receitas de contratos com clientes são reconhecidas à medida em obrigação de desempenho seja cumprida e que haja a obtenção substancial da totalidade dos benefícios econômicos pela Companhia.

Para isso, a Companhia utiliza o modelo de 5 passos: (i) identificação dos contratos com os clientes (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos (iii) determinação do preço da transação (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

Toda a energia é negociada no Ambiente de Comercialização Livre (“ACL”), sendo que a entrega da energia é formalizada nos sistemas da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Integrado Nacional (“SIN”).

O volume passivo de ser negociado é dado pela garantia física, definida em 11,95 MW pelo Ministério de Minas e Energia (MME). A medição contábil do volume de energia é dada pela garantia física sazonalizada, ajustada pelo Generation Scaling Factor (“GSF”), que é a razão do total de energia gerada pelo total da garantia física sazonalizada pelas usinas participantes do Mecanismos de Realocação de Energia (“MRE”).

O (“MRE”) é um mecanismo financeiro que visa o compartilhamento dos riscos hidrológicos que afetam os agentes de geração, buscando garantir a otimização dos recursos hidrelétricos do Sistema Interligado Nacional (SIN).

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, e as despesas decorrentes do déficit energético entre a garantia física sazonalizada e a medição contábil resultante do MRE, quando esse déficit existir.

Os mecanismos explicados acima resultam no reconhecimento da receita bruta, pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, apresentada líquida de qualquer imposto incidentes, reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência, quando o valor é mensurado com segurança.

3.2.14 Receitas e despesas financeiras

Abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros, mensurados pela taxa efetiva de juros, despesas bancárias, juros sobre empréstimos e financiamentos e variações monetárias sobre outros ativos e passivos. As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

3.2.15 Resultado básico e diluído por ação

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado por meio da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O cálculo do resultado diluído por ação é efetuado por meio da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade de

ações ordinárias disponíveis durante o exercício, somados à quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

3.2.16 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis relevantes

Conforme divulgado na nota 2, a Administração utilizou-se de julgamentos, estimativas e premissas contábeis com relação ao futuro, cuja incerteza pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros, e são apresentados a seguir:

- análise anual do valor recuperável de ativos não financeiros (nota 11);
- vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida (nota 11 e 12); e
- provisão para passivos judiciais (nota 17).

A Companhia revisa continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis e qualquer alteração, é reconhecida nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas.

3.3 Políticas contábeis ainda não adotadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não adotadas até 31 de dezembro de 2023, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.3.1 Alterações à CPC 26 (R1– Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1º de janeiro de 2023, permitida adoção antecipada)

As alterações do CPC 26 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de “liquidação” para esclarecer que se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

3.3.2 Alterações a CPC 26(R1) e expediente prático 2 do IFRS – Divulgação de Políticas Contábeis (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em/ou após 1º de janeiro de 2023)

Alteram os requisitos do CPC 26 no que diz respeito à divulgação de políticas contábeis. As alterações substituem todas as instâncias do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de políticas contábeis relevantes". As informações de políticas contábeis são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, pode-se razoavelmente esperar que influenciem as decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras. Ao aplicar as alterações, a entidade divulga suas políticas contábeis relevantes, ao invés de suas políticas contábeis significativas.

Os parágrafos de suporte do CPC 26 também foram alterados para esclarecer que a informação da política contábil relacionados a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações de política contábil podem ser relevantes devido à natureza das transações relacionadas, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam imateriais. No entanto, nem todas as informações de política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições materiais são, por si só, relevantes.

3.3.3 Alterações à CPC 23 – Definição de Estimativas Contábeis (Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em/ou após 1º de janeiro de 2023)

A alteração substitui a definição de "mudança de estimativa contábil" por "estimativa contábil". De acordo com a nova definição, as estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração".

A definição de mudança de estimativa contábil foi eliminada. No entanto, o IASB manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na norma, com os seguintes esclarecimentos:

- (i) Uma mudança na estimativa contábil que resulta de novas informações ou novos desenvolvimentos não é a correção de um erro; e
- (ii) Os efeitos de uma mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil são mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da correção de erros de períodos anteriores.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

4.1. Gerenciamento de riscos financeiros

4.1.1 Visão geral

Em decorrência de suas atividades, a Companhia é exposta a diversos riscos financeiros, sendo os principais fatores considerados pela Administração são:

- (i) liquidez; e
- (ii) crédito.

A Administração dos riscos de liquidez e de crédito da Companhia é realizada controladora Suzano de forma consolidada, e se concentra na diminuição, mitigação ou transferência de exposições aos riscos de mercado.

4.2. Administração de risco de liquidez

A Companhia tem como objetivo manter uma posição robusta de caixa e aplicações financeiras de forma a fazer frente aos seus compromissos financeiros e operacionais. O montante mantido em caixa tem como objetivo honrar os desembolsos previstos no curso normal de suas operações, enquanto o excedente é investido em aplicações financeiras de alta liquidez contratadas junto a instituições financeiras com alto grau de investimento de acordo com a Política de Gestão de Caixa.

O monitoramento da posição de caixa é acompanhado pela alta gestão da Companhia, por meio de relatórios gerenciais e participação em reuniões de desempenho com frequência determinada.

Os vencimentos contratuais remanescentes dos passivos financeiros são apresentados na data do balanço. Os valores apresentados a seguir, representam os fluxos de caixa não descontados e incluem pagamentos de juros e variação cambial, portanto, não podem ser reconciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial.

						31 de dezembro de 2023
	Valor contábil	Valor futuro	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Fornecedores	1.808	1.808	1.808			
Empréstimos e financiamentos	22.297	27.543	5.186	4.898	13.053	4.406
Outros passivos	11.110	15.880	1.895	1.961	6.226	5.798
	<u>35.215</u>	<u>45.231</u>	<u>8.889</u>	<u>6.859</u>	<u>19.279</u>	<u>10.204</u>
						31 de dezembro de 2022
	Valor contábil	Valor futuro	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Fornecedores	1.122	1.122	1.122			
Empréstimos e financiamentos	26.694	33.713	6.445	5.134	13.736	8.398
Outros passivos	12.459	12.459	1.294	2.800	4.210	4.155
	<u>40.275</u>	<u>47.294</u>	<u>8.861</u>	<u>7.934</u>	<u>17.946</u>	<u>12.553</u>

4.3. Administração de risco de crédito

Está relacionado à possibilidade do não cumprimento do compromisso da contraparte em uma transação. O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de caixa e equivalentes de caixa e aplicações.

4.3.1 Clientes

Para a avaliação de crédito dos clientes, a Companhia utiliza uma matriz baseada na análise de aspectos qualitativos e quantitativos para determinar os limites individuais de crédito a cada cliente conforme o risco identificado. Cada análise é submetida à aprovação conforme hierarquia definida na política de crédito, respeitando os níveis de alçada e, se aplicável, à aprovação da diretoria em reunião e Comitê de Crédito.

A classificação de risco das contas a receber de clientes é apresentada a seguir:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Baixo ⁽¹⁾	<u>2.089</u>	<u>1.975</u>
	2.089	1.975

1) Vincendo

4.3.2 Bancos e Instituição Financeira

A Companhia, com o objetivo de mitigar o risco de crédito, mantém suas operações financeiras diversificadas entre bancos, com principal concentração em instituições financeiras de primeira linha classificadas como *high grade* pelas principais agências de classificação de risco.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição ao risco de crédito está apresentado a seguir:

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Caixa e equivalentes de caixa	<u>5.280</u>	<u>4.103</u>
Aplicações financeiras	<u>22.469</u>	<u>12.115</u>
	27.749	16.218

As contrapartes, substancialmente instituições financeiras, com as quais são realizadas operações que se enquadram em caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras são classificados por agências avaliadoras conforme o risco apresentado a seguir:

	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Classificação de risco ⁽¹⁾		
brAAA	<u>27.749</u>	<u>16.218</u>
	27.749	16.218

¹⁾ Utilizamos o *Brazilian Risk Rating* e a classificação é concedida pelas agências Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's.



4.4. Administração de risco regulatório

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

4.5. Administração do risco hidrológico

A Companhia compõe o conjunto de usinas do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) e esse mecanismo, é uma forma do risco hidrológico ser compartilhado entre diversos agentes. Dessa forma, se as chuvas se concentrarem em determinada região, as regiões mais secas serão menos afetadas. Portanto, nesse mecanismo, a energia gerada por todas as usinas que compõe o MRE é dividida proporcionalmente à Garantia física de cada usina.

A Companhia possui um departamento de Energia, que efetua constantemente, o monitoramento hidrológico e também das regulamentações da ANEEL.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Caixa e bancos	<u>5.280</u>	<u>4.103</u>
	<u>5.280</u>	<u>4.103</u>

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Taxa média % a.a.	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Em moeda nacional			
Fundos de investimentos ⁽¹⁾	105,34 % do CDI	<u>22.469</u>	<u>12.115</u>
		<u>22.469</u>	<u>12.115</u>

¹⁾ Refere-se à uma conta caução constituída para suplementar eventuais faltas de recursos da Companhia durante a fase de amortização do financiamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento ("BNDES") (nota 14).

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Clientes no país		
Terceiros	<u>2.089</u>	<u>1.975</u>
	<u>2.089</u>	<u>1.975</u>

7.1. Análise dos vencimentos

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Valores a vencer	<u>2.089</u>	<u>1.975</u>
	<u>2.089</u>	<u>1.975</u>

8. PARTES RELACIONADAS



		Saldos a receber (pagar), líquido	
		31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Transações com acionista controlador	Natureza		
Suzano S.A.	Reembolso de despesas	(349)	(145)
		<u>(349)</u>	<u>(145)</u>
Passivo		(349)	(145)
Fornecedores		<u>(349)</u>	<u>(145)</u>

		Receitas (Despesas), líquidos	
		31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Transações com acionista controlador	Natureza		
Suzano S.A.	Geração e distribuição de energia elétrica		(287)
Suzano S.A.	Reembolso de despesas	(14)	(19)
		<u>(14)</u>	<u>(306)</u>

9. OUTROS ATIVOS

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Estoques – manutenção e segurança	69	35
Despesas antecipadas	318	129
Outros ativos	6	7
	<u>393</u>	<u>171</u>

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Cíveis e ambientais	18	14
Tributário		55
	<u>18</u>	<u>69</u>



11. IMOBILIZADO

	Terrenos	Edificações	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizado em andamento ⁽¹⁾	Outros	Total
Taxa de depreciação média anual %		3,07	3,52		7,21	
Custo Acumulado	4.291	122.980	17.252	520	213	145.256
Depreciação acumulada		(30.038)	(13.564)		(15)	(43.617)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.291	92.942	3.688	520	198	101.639
Adições ⁽¹⁾			45	744		789
Baixas ⁽²⁾			(495)		(35)	(530)
Transferências			56	(122)	66	
Depreciação		(1.541)	(908)		23	(2.426)
Custo Acumulado	4.291	122.980	16.858	1.142	244	145.515
Depreciação acumulada		(31.579)	(14.472)		8	(46.043)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.291	91.401	2.386	1.142	252	99.472
Adições ⁽¹⁾			100	890		990
Transferências ⁽¹⁾		1.377	436	(1.918)	105	
Depreciação		(1.569)	(1.119)		(20)	(2.708)
Custo Acumulado	4.291	124.357	17.394	114	349	146.505
Depreciação acumulada		(33.148)	(15.591)		(12)	(48.751)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.291	91.209	1.803	114	337	97.754

¹⁾ O saldo de obras em andamento é proveniente de investimentos realizados na usina hidrelétrica para otimização da sua operação, como relocação da área do escritório, sistema de automação e adequação das estruturas da barragem.

²⁾ Baixas provenientes de inventário físico.

12. INTANGÍVEL

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	
No início do exercício	7.711	7.768	
Baixas		(51)	
Amortização	(339)	(6)	
No final do exercício	7.372	7.711	
	Taxa média % a.a.	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Representado por:			
Concessão de portos ⁽¹⁾	4,37	7.372	7.711
No final do exercício		7.372	7.711

¹⁾ A Companhia monitorou o processo relacionado a regulamentação da Lei nº 14.052 que trata da compensação, mediante prorrogação dos prazos dos contratos de autorização/concessão aos titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE pela parte não correspondente ao risco hidrológico.

Em 03 de agosto de 2021, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL publicou a resolução homologatória Nº 2.919, cujos cálculos do tempo estimado de extensão de outorga dos agentes elegíveis é de 1005 dias, conforme premissas iniciais da abertura da consulta pública por usina participante. A Companhia registrou um ativo intangível no montante de R\$7.711 e em contrapartida, reconheceu uma recuperação de custos na rubrica de energia elétrica comprada para revenda nas demonstrações do resultado, no mesmo montante. A vida útil do ativo de repactuação do risco hidrológico, bem como dos ativos que possuem vida útil de acordo com o prazo de concessão, serão ajustados conforme os novos prazos de concessão de cada usina.

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Homologatória Nº 2.931, de 8 de setembro de 2021, deu a autorização de exploração no qual passou a ter vigência até 20 de setembro de 2035.



13. FORNECEDORES

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Em moeda nacional		
Terceiros	1.459	977
Partes relacionadas (nota 8)	349	145
	<u>1.808</u>	<u>1.122</u>

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

14.1 Abertura por modalidade

Modalidade	Indexador	Encargos anuais médios -%	Circulante		Não circulante			Total
			31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Em moeda nacional								
BNDES – Finem				1.039				1.039
BNDES – Finem (1)	TJLP	7,81	3.678	3.653	18.619	22.002	22.297	25.655
			<u>3.678</u>	<u>4.692</u>	<u>18.619</u>	<u>22.002</u>	<u>22.297</u>	<u>26.694</u>
Juros sobre financiamento			74	86			74	86
Financiamentos captados a longo prazo			3.604	4.606	18.619	22.002	22.223	26.608
			<u>3.678</u>	<u>4.692</u>	<u>18.619</u>	<u>22.002</u>	<u>22.297</u>	<u>26.694</u>

1) Os empréstimos e financiamentos foram constituídos com objetivo de auxiliar na construção de implantação da PCH Mucuri.

14.2 Cronograma de Vencimentos – não circulante

Modalidade	2025	2026	2027	2028	2029 em diante	Total
Em moeda nacional						
		3.604	3.604	3.604	4.203	18.619
BNDES	3.604					
	<u>3.604</u>	<u>3.604</u>	<u>3.604</u>	<u>3.604</u>	<u>4.203</u>	<u>18.619</u>

14.3 Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
No início do exercício	<u>26.694</u>	<u>32.128</u>
Liquidação de principal	(4.626)	(5.626)
Liquidação de juros	(1.851)	(2.150)
Variação monetária (nota 22)	242	198
Despesas de juros (nota 22)	1.838	2.144
No fim do exercício	<u>22.297</u>	<u>26.694</u>

14.4 Garantias

A Companhia possui um saldo classificado como fundo de investimento, referente a um depósito em garantia constituído para suplementar eventuais faltas de recursos da Companhia durante a fase de amortização do financiamento com o BNDES. E como garantia



da operação, são definidos em contrato a totalidade das ações do capital social e a totalidade da receita proveniente de energia elétrica até o pagamento integral de todas as obrigações estabelecidas (nota 6).

15. TRIBUTOS A RECOLHER

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
ICMS/PIS/COFINS - operações ⁽¹⁾	130	72
IRPJ/CSLL ⁽²⁾	285	282
INSS retido na fonte ⁽³⁾	24	15
ISS ⁽⁴⁾	91	36
Outros impostos e contribuições	18	16
	548	421

¹⁾ Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"): impostos incidentes na venda de energia elétrica.

²⁾ Imposto de Renda Pessoa Jurídica/ Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

³⁾ Instituto Nacional do Seguro Social ("INSS")

⁴⁾ Imposto Sobre Serviços ("ISS").

16. OUTROS PASSIVOS

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Provisão diversas		328
Provisão TAC ⁽¹⁾	11.110	12.131
	11.110	12.459
Circulante	1.742	328
Não circulante	9.368	12.131

¹⁾ Provisão constituída para o Termo de Ajustamento de Conduta ("TAC") celebrado com o Ministério Público Estadual ("MPE") para elaborar um plano ambiental de conservação, um plano de recuperação de área degradada e um projeto de restauração florestal para as áreas referentes à PCH Mucuri.

17. PROVISÃO PARA PASSIVOS JUDICIAIS

A Companhia está envolvida em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, que incluem processos trabalhistas, cíveis e ambientais.

A Companhia classifica o risco de perda dos processos legais, com base na análise de seus assessores jurídicos, as quais refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.

A Administração da Companhia acredita que, com base nos elementos existentes na data base destas demonstrações financeiras, a provisão para riscos trabalhistas, cíveis e ambientais, constituída de acordo com o CPC 25, é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

17.1 Movimentação da provisão dos processos com risco de perda provável, líquido dos depósitos judiciais

De maneira geral, os processos cíveis e ambientais nos quais a Companhia figura como ré estão relacionados, principalmente, a discussão acerca do ajustamento do Termo de



Compromisso de Conduta do Ministério Público Federal e da ação referente a imissão de posse de uma servidão administrativa de passagem de eletroduto.

	Cível e Ambiental ⁽¹⁾	
	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Saldo Inicial	861	648
Adições / (reversões)		(9)
Atualização monetária	192	22
Saldo Final	1.053	861

¹⁾ No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía 2 (dois) processos de natureza cível no total de R\$1.053. Em 31 de dezembro de 2022 possuía 2 (dois) processos de natureza cível no total de R\$861 mil em 31 de dezembro de 2022.

De maneira geral, os processos cíveis e ambientais nos quais a Companhia figura como ré estão relacionados, principalmente, a discussão acerca do ajustamento do Termo de Compromisso de Conduta do Ministério Público Federal e da ação referente a imissão de posse de uma servidão administrativa de passagem de eletroduto.

17.2 Saldo dos processos com risco de perda possível

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Natureza dos processos		
Trabalhista	25	23
Total	25	23

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 Capital Social

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o capital social da Companhia é de R\$183.056, dividido em 183.056.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

18.2 Dividendos

O Estudo Social da Companhia estabelece que dividendo mínimo anual é de 3% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 18.

A reserva legal é constituída na base de 5% do lucro líquido do exercício nos termos do artigo 193 da Lei no 6.404/76 e limitado a 20% do capital social, considerando que no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício social para a reserva legal. A utilização desta reserva está restrita à compensação de prejuízos e ao aumento de capital social e visa assegurar a integridade do capital social.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram distribuídos dividendos, em decorrência dos prejuízos acumulados.



19. RESULTADO POR AÇÃO

19.1 Básico

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias emitidas durante o exercício e que compõem o capital social.

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Resultado atribuível aos acionistas controladores	14.500	12.066
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	183.056.000	183.056.000
Resultado básico por ação ordinária - R\$	0,079211	0,065914

19.2 Diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, bem como outros itens potenciais para fins de diluição, dessa forma, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

20. RECEITA LÍQUIDA

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Receita bruta de vendas	28.182	26.644
Deduções		
Impostos sobre vendas	(1.026)	(962)
Receita líquida de vendas	27.156	25.682

21. DESPESAS POR NATUREZA

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Custo do serviço vendido		
Custo variável ⁽¹⁾	(1.622)	(1.724)
Serviços de terceiros	(5.373)	(4.526)
Depreciação e amortização	(3.047)	(2.661)
Gastos com energia - CCEE	(891)	(1.487)
	(10.933)	(10.398)
Despesas gerais e administrativas		
Serviços de terceiros	(10)	
Outros impostos e taxas	(89)	(67)
	(99)	(67)
Outras receitas (despesas) operacionais		
Outras receitas e despesas	226	(375)
	226	(375)

1) Inclui custos com consumo de materiais.



22. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	2.496	1.234
Outras receitas financeiras		59
	<u>2.496</u>	<u>1.293</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.838)	(2.144)
Despesas bancárias	(183)	(174)
Outras despesas financeiras	(67)	(11)
	<u>(2.088)</u>	<u>(2.329)</u>
Variações monetárias, líquidas		
Empréstimos e financiamentos (nota 14)	(242)	(26)
Variação monetária passiva	(183)	(419)
	<u>(425)</u>	<u>(445)</u>
Resultado Financeiro	<u>(17)</u>	<u>(1.481)</u>

23. RECONCILIAÇÃO DOS EFEITOS DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Receita bruta de vendas	28.182	26.644
Presunção imposto de renda – 8% (a)	2.255	2.132
Presunção contribuição social – 12% (b)	3.382	3.197
Demais receitas e ganhos de capital (c)	2.910	1.465
Base de Cálculo - IRPJ (a) + (c)	<u>5.165</u>	<u>3.597</u>
Imposto de renda: 15%	775	539
Adicional do imposto de renda: 10%	492	336
Total de IRPJ (i)	<u>1.267</u>	<u>875</u>
Base de Cálculo – CSLL (b) + (c)	6.292	4.662
Contribuição social: 9%	566	420
Total de CSLL (ii)	<u>566</u>	<u>420</u>
Imposto de renda e contribuição social (i) + (ii)	<u>1.833</u>	<u>1.295</u>

¹⁾ Artigo 587 do Decreto nº 9.580 de 22 de novembro de 2018, a pessoa jurídica cuja receita bruta total no ano-calendário anterior tenha sido igual ou inferior a R\$78.000 ou a R\$6.500 multiplicado pelo número de meses de atividade do ano-calendário anterior, quando inferior a 12 (doze) meses, poderá optar pelo regime de tributação com base no lucro presumido (Lei nº 9.718/ 1998, art. 13, caput, Decreto nº 9.580/2018).

24. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia está inserida na cobertura de seguro da Suzano S.A., para as apólices de Risco Operacional, com limite máximo para indenização de US\$1.000.000 equivalente a R\$ 4.841.300, com vigência até abril de 2025 e de D&O, responsabilidade civil dos executivos e diretores em montantes considerados adequados pela Administração.



Adicionalmente, mantém cobertura de seguro de responsabilidade civil geral, apólice própria, no montante de R\$ 10.000 com vigência até junho de 2024.

A Administração da Companhia considera esses valores suficientes para cobrir possíveis riscos de responsabilidades, sinistros com seus ativos e lucros cessantes.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 19 de fevereiro de 2018, foi concluída a operação com a Queiroz Galvão Energia S.A. com a aquisição da totalidade das ações de emissão da Mucuri Energética S.A. ("PCH Mucuri", "PCHM" ou "Companhia"), que detém uma pequena central hidrelétrica localizada nos municípios de Carlos Chagas e Pavão, em Minas Gerais.

A PCHM foi criada em 2007, e teve início de operação comercial em 2013. Sua atividade principal é a geração de energia elétrica.

A Companhia não tem colaboradores diretos.

Em 2023 a PCHM gerou um total 43.082 MWh, 24% a menos do que em 2022. Em 2023 a bacia do rio Mucuri passou por uma das suas maiores crises hídricas da sua história, de modo que o reservatório da PCHM atingiu 25% da sua capacidade. Em dezembro de 2023 a geração da usina foi zerada, com vias a manter um nível seguro do reservatório e a vazão mínima do rio pelo maior período possível.

Apesar da geração total de energia da PCH Mucuri performar 24% abaixo de 2022, o custo operacional se manteve constante devido à boa performance do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) ao qual a Usina faz parte.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras foram expressas em milhares de Reais ("R\$"), exceto se expresso de outra forma e foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, bem como considerando a continuidade de suas atividades operacionais.

Receita Líquida

Em 2023, a receita líquida obtida com as vendas de energia elétrica totalizou R\$27.156 mil, 6% superior em relação a registrada em 2022, de R\$25.682 mil. O aumento da receita líquida mesmo com redução na geração de energia é justificado pela usina possuir garantia física fixada pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), o que determina a quantidade de energia que pode ser vendida.

Adicionalmente em 2023 houve um reajuste contratual atualizado pelo IPCA de 6% por MWh em 2023 comparado a 2022 e para honrar todos os contratos de venda de energia em 2023, a Companhia adquiriu no mercado livre de energia a quantidade de 25% MWh a mais que em 2022.

Custo dos Serviços Vendidos ("CSV")

O custo dos serviços vendidos em 2023 totalizou R\$10.933 mil, 5% superior ao registrado em 2022, de R\$10.398 mil, do qual acompanha a receita que teve um aumento de 6% no mesmo período.

Lucro Bruto

O aumento do lucro bruto de R\$16.223 mil em 2023 contra R\$15.284 mil em 2022 é explicado pelo resultado operacional acima exposto.

Despesas Administrativas

As despesas administrativas totalizaram R\$99 mil em 2023, 48% superior ao montante registrado em 2022 de R\$67 mil. Este aumento deriva, principalmente da contratação de serviços externos para a área de engenharia.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$17 mil em 2023, comparado ao resultado negativo de R\$1.481 mil em 2022. Esse resultado reflete majoritariamente no aumento em 102% nos rendimentos das aplicações financeiras.

A redução das despesas financeiras, passando de R\$2.329 mil em 2022 para R\$2.088 mil em 2023 é explicada substancialmente pela redução dos juros sobre os empréstimos e financiamentos, pois houve a finalização de um dos contratos de empréstimos.

Resultado Líquido do período

Como resultado do exposto acima, a Companhia registrou lucro líquido de R\$14.500 mil em 2023, em comparação ao prejuízo líquido de R\$12.066 mil do ano anterior.

Endividamento

O endividamento em 2023 foi de R\$22.297 mil em 2023, 16% inferior ao montante registrado em 2022 de R\$26.694 mil, refletindo 84% dos vencimentos no longo prazo e 16% no curto prazo. A dívida é em moeda local e a diminuição da dívida bruta deriva das liquidações das parcelas mensais dos empréstimos e financiamentos efetuadas no período.

A posição de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras foi positiva em R\$ 27.749 em 2023 e apresentou um aumento de 71% comparada ao saldo de R\$16.218 mil em 2022. Dos quais 100% estavam aplicados em fundo exclusivo que aloca recursos em instrumentos de renda fixa que são diversificados entre títulos públicos de instituições financeiras privadas e o restante estava aplicado em investimentos de curto prazo.

DIVIDENDOS

O Estatuto Social da PCHM estabelece como dividendo mínimo obrigatório o equivalente a 3% do lucro líquido após constituição de reservas legais do exercício, que deve ser distribuído proporcionalmente aos acionistas de qualquer espécie, classe e categoria, calculados pelo sistema "pro rata tempore" em relação às subscrições de capital efetuadas no exercício base de cálculo.

Em 2023 a Companhia apresentou lucro do exercício no montante de R\$14.500, entretanto a Companhia apresenta prejuízos acumulados de anos anteriores, desta forma, os lucros foram absorvidos pelos prejuízos.

RATING

Ao longo de 2023, a PCHM manteve o *rating* Grau de Investimento (brAAA) na *escala global pela Standard and Poor's e pela Fitch Ratings* para a maioria dos seus investimentos financeiros.

SUSTENTABILIDADE

A Companhia está sujeita ao mesmo nível de sustentabilidade estabelecido pela sua Controladora, a Suzano S.A.

GOVERNANÇA

A Companhia está sujeita ao mesmo nível de governança estabelecido pela sua Controladora, a Suzano S.A.

AUDITORIA E CONTROLES INTERNOS

A Companhia está sujeita ao mesmo nível de auditoria e controles internos estabelecidos pela sua Controladora, a Suzano S.A.



PESSOAS

A Companhia está sujeita aos mesmos pilares de construção e vivência da Cultura estabelecidos pela sua Controladora, a Suzano S.A.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Mucuri Energética S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Mucuri Energética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mucuri Energética S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Mucuri Energética S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em



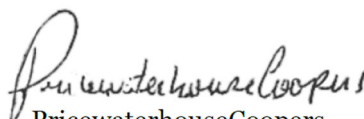
Mucuri Energética S.A.

relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2024


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
José Vital Pessoa Monteiro Filho
Signed By: JOSÉ VITAL PESSOA MONTEIRO FILHO 05012019405
CPF: 0497019405
Signed In: 26 MAR 2024 11:58 BRT
© ICP Brasil. OJ: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Município: AC SERASA FFB V4
11718CBANC3485

José Vital Pessoa Monteiro Filho
Contador CRC 1PE016700/O-0

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 956C4A7DB4FD499DA18360FC659E199B
 Assunto: Mucuri - DF + relatório do auditor de 31 de dezembro de 2023
 LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)
 Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables
 Envelope fonte:
 Documentar páginas: 33
 Certificar páginas: 6
 Assinatura guiada: Ativado
 Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado
 Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Status: Concluído

Remetente do envelope:
 Alessandra Arakaki
 Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai São Paulo, São Paulo 04538-132
 alessandra.arakaki@pwc.com
 Endereço IP: 201.56.5.228

Rastreamento de registros

Status: Original 26 de março de 2024 14:43	Portador: Alessandra Arakaki alessandra.arakaki@pwc.com	Local: DocuSign
Status: Original 26 de março de 2024 19:16	Portador: CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	Local: DocuSign

Eventos do signatário

José Vital Pessoa Monteiro Filho
 jose.vital@pwc.com
 PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card
 Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
 Não oferecido através do DocuSign

Assinatura

DocuSigned by:

 11718CBA9C944B5...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 201.56.5.228

Registro de hora e data

Enviado: 26 de março de 2024 | 14:51
 Visualizado: 26 de março de 2024 | 14:52
 Assinado: 26 de março de 2024 | 19:16

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
---	-------------------	--------------------------------

Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
-------------------------------------	---------------	--------------------------------

Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
------------------------------------	---------------	--------------------------------

Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
--	---------------	--------------------------------

Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
--	---------------	--------------------------------

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
-------------------------	---------------	--------------------------------

Alessandra Arakaki
 alessandra.arakaki@pwc.com
 PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
 Não oferecido através do DocuSign

Copiado

Enviado: 26 de março de 2024 | 19:16
 Visualizado: 26 de março de 2024 | 19:16
 Assinado: 26 de março de 2024 | 19:16

Bruno Umeji
 bruno.umeji@pwc.com

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Copiado

Enviado: 26 de março de 2024 | 14:51
 Visualizado: 26 de março de 2024 | 16:12

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
------------------	--------	-------------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 06 de novembro de 2023 | 12:12
ID: eba7b450-d197-482e-973c-b3993c966f78
Nome da empresa: PwC

Jessica Martins

jessica.martins@pwc.com

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta
(Nenhuma)

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através do DocuSign

Copiado

Enviado: 26 de março de 2024 | 14:51

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
-------------------------	------------	-------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
---------------------	------------	-------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
-------------------------------	--------	----------------------

Envelope enviado	Com hash/criptografado	26 de março de 2024 14:51
Entrega certificada	Segurança verificada	26 de março de 2024 14:52
Assinatura concluída	Segurança verificada	26 de março de 2024 19:16
Concluído	Segurança verificada	26 de março de 2024 19:16

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico

CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTROS ELETRÔNICOS E DIVULGAÇÕES DE ASSINATURA

Registro Eletrônicos e Divulgação de Assinatura

Periodicamente, a PwC poderá estar legalmente obrigada a fornecer a você determinados avisos ou divulgações por escrito. Estão descritos abaixo os termos e condições para fornecer-lhe tais avisos e divulgações eletronicamente através do sistema de assinatura eletrônica da DocuSign, Inc. (DocuSign). Por favor, leia cuidadosa e minuciosamente as informações abaixo, e se você puder acessar essas informações eletronicamente de forma satisfatória e concordar com estes termos e condições, por favor, confirme seu aceite clicando sobre o botão “Eu concordo” na parte inferior deste documento.

Obtenção de cópias impressas

A qualquer momento, você poderá solicitar de nós uma cópia impressa de qualquer registro fornecido ou disponibilizado eletronicamente por nós a você. Você poderá baixar e imprimir os documentos que lhe enviamos por meio do sistema DocuSign durante e imediatamente após a sessão de assinatura, e se você optar por criar uma conta de usuário DocuSign, você poderá acessá-los por um período de tempo limitado (geralmente 30 dias) após a data do primeiro envio a você. Após esse período, se desejar que enviemos cópias impressas de quaisquer desses documentos do nosso escritório para você, cobraremos de você uma taxa de R\$ 0.00 por página. Você pode solicitar a entrega de tais cópias impressas por nós seguindo o procedimento descrito abaixo.

Revogação de seu consentimento

Se você decidir receber de nós avisos e divulgações eletronicamente, você poderá, a qualquer momento, mudar de ideia e nos informar, posteriormente, que você deseja receber avisos e divulgações apenas em formato impresso. A forma pela qual você deve nos informar da sua decisão de receber futuros avisos e divulgações em formato impresso e revogar seu consentimento para receber avisos e divulgações está descrita abaixo.

Consequências da revogação de consentimento

Se você optar por receber os avisos e divulgações requeridos apenas em formato impresso, isto retardará a velocidade na qual conseguimos completar certos passos em transações que te envolvam e a entrega de serviços a você, pois precisaremos, primeiro, enviar os avisos e divulgações requeridos em formato impresso, e então esperar até recebermos de volta a confirmação de que você recebeu tais avisos e divulgações impressos. Para indicar a nós que você mudou de ideia, você deverá revogar o seu consentimento através do preenchimento do formulário “Revogação de Consentimento” da DocuSign na página de assinatura de um envelope DocuSign, ao invés de assiná-lo. Isto indicará que você revogou seu consentimento para receber avisos e divulgações eletronicamente e você não poderá mais usar o sistema DocuSign para receber de nós, eletronicamente, as notificações e consentimentos necessários ou para assinar eletronicamente documentos enviados por nós.

Todos os avisos e divulgações serão enviados a você eletronicamente

A menos que você nos informe o contrário, de acordo com os procedimentos aqui descritos, forneceremos eletronicamente a você, através da sua conta de usuário da DocuSign, todos os avisos, divulgações, autorizações, confirmações e outros documentos necessários que devam ser fornecidos ou disponibilizados a você durante o nosso relacionamento. Para mitigar o risco de você inadvertidamente deixar de receber qualquer aviso ou divulgação, nós preferimos fornecer todos os avisos e divulgações pelo mesmo método e para o mesmo endereço que você nos forneceu. Assim, você poderá receber todas as divulgações e avisos eletronicamente ou em formato impresso, através do correio. Se você não concorda com este processo, informe-nos conforme descrito abaixo. Por favor, veja também o parágrafo imediatamente acima, que descreve as consequências da sua escolha de não receber de nós os avisos e divulgações eletronicamente.

Como contatar a PwC:

Você pode nos contatar para informar sobre suas mudanças de como podemos contatá-lo eletronicamente, solicitar cópias impressas de determinadas informações e revogar seu consentimento prévio para receber avisos e divulgações em formato eletrônico, conforme abaixo:

Para nos contatar por e-mail, envie mensagens para:

Para informar seu novo endereço de e-mail a PwC:

Para nos informar sobre uma mudança em seu endereço de e-mail, para o qual nós devemos enviar eletronicamente avisos e divulgações, você deverá nos enviar uma mensagem por e-mail para o endereço e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail anterior, seu novo endereço de e-mail. Nós não solicitamos quaisquer outras informações para mudar seu endereço de e-mail.

Adicionalmente, você deverá notificar a DocuSign, Inc para providenciar que o seu novo endereço de e-mail seja refletido em sua conta DocuSign, seguindo o processo para mudança de e-mail no sistema DocuSign.

Para solicitar cópias impressas a PwC:

Para solicitar a entrega de cópias impressas de avisos e divulgações previamente fornecidos por nós eletronicamente, você deverá enviar uma mensagem de e-mail para e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós cobraremos de você o valor referente às cópias neste momento, se for o caso.

Para revogar o seu consentimento perante a PwC:

Para nos informar que não deseja mais receber futuros avisos e divulgações em formato eletrônico, você poderá:

(i) recusar-se a assinar um documento da sua sessão DocuSign, e na página seguinte, assinalar o item indicando a sua intenção de revogar seu consentimento; ou

(ii) enviar uma mensagem de e-mail para e informar, no corpo da mensagem, seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós não precisamos de quaisquer outras informações de você para revogar seu consentimento. Como consequência da revogação de seu consentimento para documentos online, as transações levarão um tempo maior para serem processadas.

Hardware e software necessários:**

(i) Sistemas Operacionais: Windows® 2000, Windows® XP, Windows Vista®; Mac OS®

(ii) Navegadores: Versões finais do Internet Explorer® 6.0 ou superior (Windows apenas); Mozilla Firefox 2.0 ou superior (Windows e Mac); Safari™ 3.0 ou superior (Mac apenas)

(iii) Leitores de PDF: Acrobat® ou software similar pode ser exigido para visualizar e imprimir arquivos em PDF.

(iv) Resolução de Tela: Mínimo 800 x 600

(v) Ajustes de Segurança habilitados: Permitir cookies por sessão

** Estes requisitos mínimos estão sujeitos a alterações. No caso de alteração, será solicitado que você aceite novamente a divulgação. Versões experimentais (por ex.: beta) de sistemas operacionais e navegadores não são suportadas.

Confirmação de seu acesso e consentimento para recebimento de materiais eletronicamente:

Para confirmar que você pode acessar essa informação eletronicamente, a qual será similar a outros avisos e divulgações eletrônicos que enviaremos futuramente a você, por favor, verifique se foi possível ler esta divulgação eletrônica e que também foi possível imprimir ou salvar eletronicamente esta página para futura referência e acesso; ou que foi possível enviar a presente divulgação e consentimento, via e-mail, para um endereço através do qual seja possível que você o imprima ou salve para futura referência e acesso. Além disso, caso concorde em receber avisos e divulgações exclusivamente em formato eletrônico nos termos e condições descritos acima, por favor, informe-nos clicando sobre o botão “Eu concordo” abaixo.

Ao selecionar o campo “Eu concordo”, eu confirmo que:

(i) Eu posso acessar e ler este documento eletrônico, denominado CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTRO ELETRÔNICO E DIVULGAÇÃO DE ASSINATURA; e

(ii) Eu posso imprimir ou salvar ou enviar por e-mail esta divulgação para onde posso imprimi-la para futura referência e acesso; e (iii) Até ou a menos que eu notifique a PwC conforme descrito acima, eu consinto em receber exclusivamente em formato eletrônico, todos os avisos, divulgações, autorizações, aceites e outros documentos que devam ser fornecidos ou disponibilizados para mim por PwC durante o curso do meu relacionamento com você.